

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 3/2021

Pelas 21 horas do dia 25 de junho de 2021, no Cineteatro Francisco Ventura, em Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal de Gavião, contando com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Mónica Mota Marques, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Sílvia Tibúrcio da Palma, Anselmo António Serra dos Santos Fura, Abílio Flores Mendes, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, Germano Manuel Baptista Porfírio, Carlos Manuel de Matos Alexandre e José Manuel Praia Neves. -----

Registou-se a ausência do deputado municipal Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, tendo solicitado a sua substituição, bem como que as respetivas faltas fossem consideradas justificadas. -----

Colocado o pedido à consideração da assembleia as faltas foram consideradas justificadas. -----

Nos termos do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o deputado Júlio Manuel Churro Catarino, foi substituído por Isaura Maria Pires. -----

A senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, informou previamente que não poderia comparecer e se faria substituir pelo secretário da junta, Paulo José Igreja Ventura. -----

Registou-se também a ausência dos deputados Ana Rita Delgado Valério e Paulo Jorge Serra dos Santos, que não justificaram a falta, nem solicitaram substituição. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino e os senhores vereadores Jorge Santos, Graciosa Chambel e Eduardo Pereira. -----

Registou-se também a presença da senhora chefe da divisão financeira, para apoio à apresentação do inventário e prestação de contas. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os pontos **três, quatro, cinco, seis e oito** da ordem de trabalhos. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia cumprimentou todos os participantes e deu início à sessão. Destacou o regresso do deputado Carlos Arês, após o período de suspensão do mandato. Agradeceu a presença da senhora chefe da divisão financeira e também o acompanhamento do chefe da divisão de obras, à visita realizada pelos deputados municipais, no programa complementar que antecedeu esta sessão. -----

De seguida, apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de abril, maio e junho de 2021. -----

Evidenciou que as referidas atas espelham, genericamente, as obras que os deputados municipais tiveram a oportunidade de visitar no decorrer do programa complementar já referido. Frisou, ainda, a continuidade na aquisição de lotes, no Loteamento Urbano do Calvário, espelhada nas atas e que traduz uma dinâmica de famílias jovens, com filhos, a fixarem a sua residência no concelho de Gavião. Referiu que ele próprio também investiu naquele local. ----

Ainda no período antes da ordem do dia, informou que a presidente da junta de freguesia de Belver, a deputada Martina de Jesus, remeteu à assembleia municipal uma informação acerca do ponto de situação dos assuntos tratados numa reunião ocorrida em 18 de maio no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, acerca da alienação de imóveis. Informou que os imóveis em causa, terão de ter duas avaliações por peritos avaliadores contratados pelo IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) e que decorria a contratação de prestação de serviços para o efeito, esperando-se a conclusão do procedimento dentro de três semanas. A transferência da titularidade dos imóveis ainda na propriedade do ISS (Instituto de Segurança Social) para o IGFSS deveria também ocorrer no prazo de três semanas, viabilizando-se de imediato a necessária avaliação pelos peritos. Logo que fosse apurado o valor da avaliação seria o mesmo comunicado ao Município de Gavião e havendo concordância com o valor seria o processo remetido ao fiscal único do IGFSS para emissão de parecer. De seguida, o processo será alvo de avaliação do Conselho Diretivo e posteriormente remetido ao gabinete

do Primeiro-ministro para o competente despacho, após o que será agendada a escritura de compra e venda. -----

O senhor presidente da assembleia solicitou ao senhor presidente da câmara que prestasse alguns esclarecimentos sobre o assunto, para melhor compreensão dos deputados municipais. -----

Ainda neste período registaram-se as seguintes intervenções: -----

O deputado municipal António Estevinha cumprimentou todos os presentes e começou por evidenciar que António Guterres foi reconduzido como Secretário-Geral das Nações Unidas facto que merece o seu reconhecimento e de todos os portugueses. Considerou tratar-se de um ícone da social-democracia, mas sobretudo dos valores humanistas. Afirmou que Guterres tem sido uma voz conciliadora, de bom-senso, de proteção dos mais fracos, uma voz lúcida na geopolítica mundial. Deixou uma palavra de estímulo ao artesão, Luís Rodrigues, nosso conterrâneo e funcionário municipal, que tinha participado numa exposição que decorreu na cidade do Porto, contando com o apoio do Município de Gavião. Afirmou esperar ver as peças do artesão, brevemente, em Gavião. Salientou que o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) tinha sido aprovado por Bruxelas e elogiado por parceiros da União Europeia. Frisou que começariam a chegar fundos e claro um dos maiores problemas teria a ver com o controlo financeiro e taxas de execução que seriam monitorizadas por uma Estrutura de Missão. Informou que ele e o senhor presidente da assembleia tinham tido a oportunidade de assistir na sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMAA à apresentação do PRR pelo senhor Secretário de Estado do Planeamento, Eng. Ricardo Pinheiro. Os vários eixos estratégicos do documento, já enumerados por si neste plenário em sessão anterior, foram explanados e detalhados. Questionou o senhor presidente da câmara, apesar de ainda não se saber concretamente quando e como, quais serão, na sua ótica, as áreas de intervenção de que o município pode beneficiar ao nível dos investimentos neste PRR. -----

Salientou também a vinda de um novo médico para o Centro de Saúde de Gavião novo médico e a situação das extensões regularizada. O executivo pressionou e bem. As populações estão sempre primeiro, ainda mais para um tema desta importância. Sublinhou que, mesmo assim, estaremos sempre numa situação periclitante com poucos médicos, estando dois em situação de

reforma. Questionou se nas reuniões que decorreram entre o executivo e a ULSNA, sentiu se haveria abertura para contarmos com mais um profissional a prestar serviço no concelho. Referiu ter-se apercebido que iria haver alteração ao Regulamento de Bolsas de Estudo. Saliu que o regulamento já tem 11 anos e dadas as alterações, seja ao nível do ensino, a nível de valores de rendimentos, etc, afirmou concordar que seja altura para essa atualização. Frisou que a atribuição deve ser o mais alargada possível, aliás como tem sido nos últimos anos em que todos os alunos tiveram direito. Na sua opinião, não devemos colocar o enfoque nos salários/IRS, e que por força disso, alguns alunos possam ficar de fora. Majorar claro, quem tem menores rendimentos, mas dar também a quem recebe mais. Sublinhou que, por vezes, criam-se situações injustas, pois o que se declara, muitas vezes não é diretamente proporcional ao que se recebe. -----

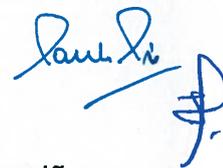
O senhor deputado Paulo Matos começou por cumprimentar todos os presentes. Agradeceu a visita às obras em curso, proporcionada pela câmara municipal e também a realização da sessão em horário pós-laboral. -----

O senhor deputado Carlos Arês cumprimentou todos os presentes, agradeceu os cumprimentos que lhe foram dirigidos e aquilo que tinha sido feito na sua ausência. Agradeceu também ao deputado José Maria Pereira de Lima, que o substituiu. Evidenciou que se trata de um conterrâneo empenhado, educado e simpático. -----

O senhor presidente da assembleia municipal agradeceu as intervenções e deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença da senhora chefe da divisão financeira, que estava presente para apoio na apresentação dos documentos de prestação de contas e também do trabalhador municipal, responsável pelo apoio técnico no cineteatro. -----

Relativamente à comunicação remetida à assembleia municipal pela senhora presidente da junta de freguesia de Belver, esclareceu que os imóveis referidos correspondem ao local onde está instalado o parque de estacionamento do Museu do Sabão e à Escola Velha de Belver. Referiu que o município já tinha já chegado a acordo para aquisição dos imóveis por oito mil euros, mas não chegou a ocorrer a venda. Por isso pediu à presidente da junta de freguesia de Belver, deputada Martina de Jesus, para interceder junto do



ministério para que houvesse evolução no processo. Ocorreu uma reunião onde esteve ele próprio, o senhor vice-presidente da câmara, a senhora deputada Martina, o presidente do ISS e o secretário de estado. Na referida reunião foi assegurado que, cumprindo a Lei, os imóveis seriam avaliados, passariam para a posse de quem os poderá vender e só depois o município poderá concretizar a aquisição. Salientou que o edifício da Escola Velha de Belder está em ruínas e o parque de estacionamento do Museu do Sabão já está implantado. -----

Em resposta ao deputado António Estevinha, informou que também assistiu à apresentação do PRR. Afirmou ter ainda algumas dúvidas, mas considerou que a maior "fatia" ficará para a administração central e para os municípios de Lisboa e Porto. O Município de Gavião poderá ser beneficiário na área da habitação. Para esse efeito está a ser preparada a "Estratégia Local de Habitação", com uma empresa contratada, por ajuste direto. -----

Relativamente à intervenção relacionada com a saúde, considerou que este é um problema grave no concelho e que tem sido debatido inúmeras vezes. Efetivamente há dois médicos reformados e o Dr. Cabaço apenas irá prestar 20 horas de serviço, a seu pedido. Sublinhou que todos queríamos mais médicos, mas não há profissionais disponíveis. Havia uma médica que tinha manifestado disponibilidade para efetuar serviço na extensão da Comenda, mas não foi possível, porque a mesma não tinha especialização em medicina geral e familiar. O novo médico tem vontade de ficar no concelho e já adquiriu uma casa. Os serviços técnicos municipais irão dar apoio, porque se trata de um imóvel que necessita de obras. A esposa também é médica, está a fazer especialização e poderá ficar colocada na ULSNA. A ULSNA assegurou que será aberta mais uma vaga de médico, para Gavião. O problema não está solucionado, mas ficou menorizado. Na área da enfermagem não há problemas e o processo de vacinação tem sido uma prova de eficácia do pessoal de enfermagem. Não eram administradas mais vacinas, porque não havia. Sublinhou que Gavião era o concelho, do distrito de Portalegre, com maior índice de vacinação, mérito do pessoal de enfermagem, médico, coordenador municipal de proteção civil, bombeiros e trabalhadores municipais da biblioteca municipal, gabinete de ação social, escola e transportes, mas também das funcionárias do CLDS. No concelho já se verificava uma taxa de 52% da

população já tinham a 1.^a e a 2.^a dose; 21% com a 1.^a dose e a aguardar a 2.^a. Também já tinham sido vacinadas 52 pessoas que contraíram o vírus elevaram apenas uma dose. Informou ainda que na semana seguinte seriam administradas mais 250 vacinas. -----

Informou também haver a intenção de candidatar a reabilitação/adaptação das extensões de saúde que se encontram mais degradadas, especialmente na Comenda. Afirmou saber que a ULSNA vai recorrer ao PRR. -----

Na área da educação, manifestou o seu agrado por estar praticamente assegurado o financiamento do alargamento da escola sede do agrupamento, num investimento que rondará os 730/740 mil euros. Esclareceu que a intervenção contemplará 4 novas salas de aulas, 1 sala de convívio, gabinetes e ligação às instalações existentes. Saliu que no concelho existem outras necessidades, nomeadamente, intervenções em estradas, como a estrada entre a Ferraria e a Comenda, que poderá custar cerca de 1 milhão de euros. Sublinhou que o município tem vários projetos que poderão ser candidatados, mas sempre sem pôr em causa a estabilidade financeira. Fez referência à utilização leviana de informação e à obrigação de repor a verdade. Assegurou que o município não faz obras a pensar nas eleições. Saliu que todas as obras visitadas naquela data só terminarão após as eleições. Todas são financiadas, mas ainda faltam receber muitas participações. Por exemplo, a obra dos esgotos da Torre custou cerca de 210 mil euros e ainda falta receber cerca de 50 mil euros. Relativamente ao Regulamento das Bolsas de estudo, o objetivo será apoiar todos os estudantes. -----

PONTO UM = Apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais: Paulo José E. V. de Matos, Carlos Arês, Isaura Pires e Paulo Ventura, por não terem estado presentes na respetiva sessão. -----

PONTO DOIS = Informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 25 de junho de 2021, que apresentava um saldo de 1.679.793,90€ (Operações Orçamentais – 1.500.370,72€ e Operações de Tesouraria – 179.423,18€). -----

Afirmou que a situação financeira se mantinha estável, controlada, com os pagamentos em dia. Os valores apresentados refletiam o pagamento dos salários de junho e do subsídio de férias. -----

PONTO TRÊS = apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas – 2020, nos termos da alínea I) do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor presidente da assembleia municipal salientou que habitualmente os documentos de prestação de contas eram apreciados na sessão de abril, mas período de pandemia alterou algumas condicionantes e possibilitou que a votação do assunto ocorra na sessão de junho. Passou a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara começou por salientar as grandes vicissitudes por que passou a elaboração dos documentos. Sublinhou que em janeiro de 2020 entrou em vigor o novo sistema contabilístico SNC-AP e os serviços municipais tiveram que se adaptar. Também a empresa que presta auditoria, passou por alguns constrangimentos devido à pandemia. Tal como a empresa que presta apoio técnico e os serviços municipais, motivando alguns atrasos. Havia o objetivo de apresentar os documentos em abril, mas tal não foi possível. Salientou o trabalho árduo da Divisão Financeira, para elaborar um documento com 2044 páginas, que obrigou a um grande esforço, muitas vezes fora do horário de trabalho. Felicitou e agradeceu a todos os trabalhadores municipais que participaram na tarefa. Mas o importante foi o cumprimento do prazo legalmente fixado. Afirmou que, na sua opinião, o modelo anterior do documento era mais fácil de analisar. Este modelo é muito complexo. Evidenciou que os documentos foram auditados e foram remetidos aos deputados municipais, no prazo legalmente definido. Fez o enquadramento da estrutura municipal, focando número de trabalhadores ao serviço da autarquia, que em dezembro de 2020 eram 147. Elencou o número de trabalhadores, por



categoria: 2 dirigentes intermédios (chefes de divisão), 11 técnicos superiores de carreiras gerais, 15 assistentes técnicos, 114 assistentes operacionais, 1 técnico de informática, outros – 4. Salientou o número de trabalhadores por género (59 mulheres e 88 homens). Frisou que têm sido realizadas algumas admissões de pessoal, mas ainda assim o quadro de pessoal é envelhecido, muitos funcionários estarão perto da aposentação. Na execução orçamental foi atingida a taxa de execução de 86,66% na receita correspondendo a um montante de 8.289.156,23€, receita cobrada líquida acrescida do saldo da gerência e de 74,10% na despesa, correspondendo a um montante de 7.262.188,60€ na despesa, transitando para a gerência seguinte um saldo de 1.207.491,29€, sendo em operações orçamentais 1.042.756,54€ e em operações de tesouraria 164.734,75€. As Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelas Atividades Mais Relevantes, apresentou um coeficiente de realização anual de 69,38%, atingindo um valor de 2.799.741,57€. As grandes funções em que foi gasto o dinheiro nas Grandes Opções do Plano, na administração geral foi utilizado 56%. Na agricultura 80%, desporto recreio e lazer 84%, na cultura 87%, meio ambiente 60,91%, resíduos sólidos 91%, abastecimento de água 48,29% na habitação 83,41%, na ação social 96,93%, no turismo 76,08. Salientou que no ano 2020 ocorreu a aprovação de várias candidaturas no atual Quadro Comunitário de Apoio. -----

Entre as **atividades mais relevantes** citou a aposta na operacionalidade dos bombeiros, apesar de terem passado para voluntários, manteve-se forte apoio logístico e financeiro. Na educação manteve-se o pagamento integral das refeições escolares aos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, cadernos de atividades, bolsas de estudo, transportes, visitas de estudo, conservação do parque escolar, o projeto Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar designado “Aprender+”. Com a passagem do ensino ao regime não presencial, por força da pandemia, foram também cedidos computadores e acesso à internet a todos os alunos que não possuíam esses equipamentos. Foram ainda distribuídas refeições a todos os alunos do Agrupamento de Escolas de Gavião, beneficiários dos escalões A e B. Na ação social o apoio à natalidade, cartão do idoso, apoio às IPSS, manutenção da taxa de IMI no valor mais baixo permitido pela Lei, devolução dos 5% do IRS que caberiam ao município e

apoio à aquisição de habitação própria. No abastecimento de água realizou a manutenção de todas as redes. Na vertente cultural, por força da pandemia, foram comemorados de forma digital: o Feriado Municipal, 25 de Abril, Feira Medieval de Belver, Mostra de Artesanato, Gastronomia e Atividades Económicas, Beat Fest e Festival do Feijão Frade. O trabalho desenvolvido pelas associações do concelho continuou a merecer o apoio do município. A rede viária municipal acolheu o investimento necessário à sua valorização e conservação. A nível do património municipal verificou-se a manutenção de diversos edifícios municipais. As juntas de freguesia beneficiaram de contratos interadministrativos, que permitiram efetuar transferências financeiras, colaborando assim na defesa do interesse das nossas populações. Manteve-se o investimento na Praia Fluvial do Alamal, que em ano de pandemia se transformou num lugar de eleição para muitos portugueses gozarem as suas férias, levando à contratação de um terceiro nadador-salvador para garantir a segurança de todos os frequentadores. Mantiveram-se em perfeito estado de utilização todos os percursos pedestres. Para potenciar a atividade turística do concelho, houve investimento na divulgação de todos os locais turísticos, foram instalados dois painéis de divulgação turística em Gavião. Foi aumentada a cobertura de internet gratuita em Gavião, no Alamal e em Belver. Foram recuperados ou construídos 8 fornos comunitários. Em parceria com outros municípios manteve-se o Plano Intermunicipal para a Igualdade de Género do Alto Alentejo Oeste 2018-2021. Mantiveram-se os trabalhos de prevenção estrutural, nomeadamente, a abertura de faixas de interrupção de combustível, através da remoção total de combustível vegetal, contribuindo para a eficácia da rede primária de defesa da floresta contra incêndios. Em colaboração com a CIMAA, manteve-se ao serviço no concelho uma das equipas de sapadores florestais. Numa candidatura conjunta com a CIMAA e outros municípios alentejanos, foram adquiridos e oferecidos a 5 associações, kits de primeira intervenção contra incêndios rurais. Foram concluídos os trabalhos de recuperação de 7 casas e um espaço exterior no núcleo urbano de Gavião, tendo as casas sido atribuídas a famílias carenciadas. Nas comemorações do Feriado Municipal ocorreu a presença do programa "Aqui Portugal" da RTP, onde foi possível divulgar o melhor do concelho, particularmente na freguesia de Belver. Mantêm-se a bom ritmo as obras da futura Incubadora de Empresas



Não Tecnológicas, a remodelação da Piscina Coberta. Foi concluída a Área de Serviço de Auto-caravanismo. Tem sido mantida a aposta em todos os pontos importantes para o Turismo. Foi também realizado investimento na melhoria das condições de trabalho aos funcionários municipais, beneficiando equipamentos e instalações. Também no ano em apreço foi criado o Gabinete de Apoio a Empresas que em parceria com o IEFP mantém o Gabinete de Inserção Profissional e procura investidores para o concelho, tendo já resultados em 3 investimentos. Focou também a isenção de derrama. -----

Sublinhou ainda que tiveram início as obras do Museu dos Carros de Atrelagem, reordenamento de trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, Remodelação do n.º 34 de Rua Dr. Dias Calazans, PR8 – Rota da Sirga. -----

Destacou o maior investimento privado realizado no concelho “Ecoglampping – Gavião Nature Village”. -----

Referiu ainda que o ano 2020 ficou marcado pela pandemia do COVID-19. Por isso se apostou na prevenção, distribuindo centenas de equipamentos individuais à população em geral e às instituições do concelho. Foram também disponibilizados testes rápidos a todas as IPSS. Enalteceu o trabalho de todas as instituições, em especial as suas direções e funcionários no combate a este flagelo. Enumerou ainda os diversos apoios concedidos para minorizar as consequências nefastas desta pandemia. -----

Informou que nas receitas correntes os elementos primordiais foram a venda de bens e a prestação de serviços correntes que representaram 7,04% das receitas correntes, de entre as quais salientou a venda de água e a cobrança de impostos diretos. A receita de IMI representou 7,31% das receitas correntes. As transferências correntes representaram 79,48% das receitas, o que espelha a dependência dos fundos do orçamento do estado. A rubrica transferências de capital fez 64,82% das receitas de capital. Os passivos financeiros assumiram 33,67%. Frisou a evolução das receitas de capital entre 2013 e 2020, verificando-se um aumento exponencial em 2020. As receitas correntes mantiveram-se estáveis desde 2013. -----

As despesas com pessoal acusaram um peso de 54,47% e a aquisição de bens e serviços, influenciaram as despesas correntes em 34,29%. -----



Numa análise global, sublinhou que as receitas correntes superaram as despesas correntes, resultando numa poupança corrente de 643.404,91€, o que tornou possível a libertação de fluxos financeiros para investimento. -----

Realçou que em 2020 houve uma diminuição da receita corrente e um aumento na receita de capital. As despesas correntes diminuíram e as despesas de capital aumentaram, fruto dos investimentos em curso. -----

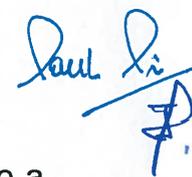
Focou a elevada capacidade de endividamento, que seria de 1.301.339,47€. –

Informou que, no exercício de 2020, os rendimentos do município apresentaram um peso nas seguintes proporções: impostos, contribuições e taxas 9,20%, vendas 3,33%, prestação de serviços e concessões 2,92%, transferências e subsídios correntes obtidos 70,69%, trabalhos para a própria entidade 5,13%, outros rendimentos 8,73%. -----

O resultado líquido do período apurado foi negativo em 659.070,82€, influenciado pelos efeitos de duas alterações pelo novo normativo do SNC-AP, designadamente a alteração das vidas úteis e conseqüente aumento das amortizações do exercício de cerca de 339.000,00€ e pelo reconhecimento dos fundos patrimoniais das transferências de capital do FEF. -----

Terminada a apresentação, o senhor presidente da assembleia agradeceu e passou a palavra aos deputados. -----

O senhor deputado Paulo Matos começou por salientar que se tratava da última sessão deste mandato. Evidenciou a responsabilidade de avaliar a prestação de contas. Referiu que o mandato nem sempre correu bem. Salientou que não sabia se estará presente no próximo mandato. Fez votos para que composição da assembleia municipal no próximo mandato tenha cidadãos capazes e que assumam a totalidade das competências legais que o voto popular lhes dará, e não meros expectadores ou corpos presentes. Referiu que uma boa oposição faz um governo governar melhor. Sublinhou que tinha realizado uma análise exaustiva da documentação, que só recebeu no dia 22 de junho terça-feira. Destacou que havia uma grande alteração estrutural no documento, a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública. Valorizou os serviços pelo esforço de fazerem a mudança. Afirmou que esperava que os responsáveis políticos tentassem ao máximo antecipar impactos de nova legislação e afirmou considerar que tal não aconteceu na totalidade. -----



Recordou que os eleitos do PSD, pelo menos nos últimos 8 anos têm vindo a alertar com veemência para a reapreciação da valorização do património, como alguns dos últimos relatórios dos revisores oficiais contas já alertavam. Reconheceu que o senhor presidente, foi assumindo essa falha nas contas tanto nas reuniões de câmara, como na assembleia municipal. -----

Referiu que no meio da adoção do novo sistema contabilístico, com alterações estruturais dos planos de amortizações, o facto de nos termos obrigado a revalorizar sob novos conceitos contabilísticos, obrigou a fazer uma limpeza nas contas. -----

Aliás no documento da prestação de contas, na página 55, esta mudança estrutural acaba por ser usada como parte das explicações, para o resultado negativo do exercício: “foram alteradas as vidas úteis de edifícios e outras construções bem como de infraestruturas para as vidas úteis. O impacto líquido nos fundos patrimoniais foi de cerca 2.967.984,25 euros (ajustamento de saldos de abertura por critérios de mensuração);” Ou seja, impacto da revalorização perto de 3 milhões, e ainda “os ativos fixos tangíveis sofreram uma redução de 1.355.956,45 euros em virtude de correção de erros transitados de períodos anteriores (valor líquido de 1.171.610,94 euros) e dos ativos que não cumpriam os critérios de reconhecimento, em especial os gastos com projetos que o município decidiu não concretizar e como tal não apresentam potencial de serviço. Referiu verificar dois efeitos que o novo sistema contabilístico preconizou, uma desvalorização dos bens e que outros projetos que estavam em carteira, não deviam fazer parte do reconhecimento. Na prática, a demonstração de resultados reflete então um resultado negativo, na ordem dos 659 070,82€. -----

Focou que não estaria assustado perante este resultado, se fosse num cenário “normal” onde o exercício financeiro de 2021 seria uma situação recuperável, porém aconteceu no pior momento financeiro possível. Referiu que havendo dois super projetos em curso, no ano de 2020, que de acordo com o DPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente o projeto 2018/1 Reabilitação do Edifício do Antigo Seminário, onde o nível de execução foi de apenas 11%, ou seja, do investimento de perto de 1 milhão de euros. Por sua vez o valor + de 700.000 será só aplicado no ano de 2021. Já o projeto 2019/13 Requalificação do Edifício sito no n.º 34 da



Rua Dr. Dias Calazans, em 2020 onde também foi só executado 9,30% do projeto de 1 080 520,00 €. Ou seja mais de 70% da execução tem de acontecer em 2021. Ou seja, 2021 é um ano tremendo do ponto de vista de ginástica de tesouraria, e gostaria de perceber, se o senhor presidente e o executivo já ponderaram ou não pedir um empréstimo, caso os fundos comunitários não cheguem a tempo. Aliás, neste contexto, teremos de ter em atenção que a capacidade de endividamento, só pode ser de 1 301 339,47€ que corresponde a 20% num exercício. Ainda sobre os fundos comunitários, referiu, de acordo com o que tinha lido estamos credores de 320.000€ de projetos, o que demonstra por si atrasos pela parte dos financiamentos, e que obrigam a que a câmara, tenha de adiantar sistematicamente os valores. No ano passado, no mesmo documento da análise financeira era indicado que o rácio de liquidez geral era de 2,29 e o comentário é que o valor dos ativos correntes era superior ao valor dos passivos exigíveis a curto prazo pelo que o município se encontrava numa situação de equilíbrio financeiro. Já este ano, no mesmo quadro nada é referido, ou seja, não há uma justificação para interpretar o indicador do rácio, o que por si só nos diz algo. Ainda assim o que lá consta, é que o rácio de liquidez geral para o ano de 2020 é de 0,85 e para o rácio de liquidez reduzida, que este ano se ficou em 0,74, o que significa que apenas 74% das responsabilidades de curto prazo podem ser satisfeitas recorrendo aos meios financeiros líquidos e à cobrança de créditos de curto prazo. O ano de 2021 é, pois, um ano extremamente difícil do ponto de vista financeiro. Questionou se o documento “balancete da contabilidade orçamental e financeira” com 322 páginas, mas ao longo do documento existem diversos itens com valores altos em rubricas de “outros” o que torna de difícil leitura e apreciação, e deu como exemplos as rendas, as transferências correntes, transferências de capital. Afirmou ter verificado que o campo “Entidade Parceira” que deverá ser preenchido com o Número de Identificação Fiscal, o qual é essencial para se proceder à consolidação orçamental e financeira, ou seja, sempre que as operações se realizem entre entidades parceiras (pertencentes às Administrações Públicas), todos os saldos e movimentos de contas deverão identificar devidamente os NIF dessas entidades no sentido de permitir a eliminação dos respetivos saldos e movimentos das contas. Verificou que o campo não se encontra preenchido e questionou se é mesmo assim, ou



se derivou de ter sido a primeira vez em que tivemos de implementar este novo sistema de contabilidade. Na rubrica 20113 "Transferência de competências - Lei n.º 50/2018 do balancete", surge 382 916,70€, mas na sua opinião, seria importante subdividir por todas as competências transferidas e não um bolo global, mesmo que haja competências a zero. Porque comparando esta rubrica contabilística do balancete, com o documento enviado com o título "TRANSFERENCIAS DE COMPETENCIAS DE ÓRGÃOS DO ESTADO", só encontrei o Agrupamento de Escolas de Gavião, e o valor que lá consta para o ano é de 224.989,00€. Ou seja, os valores não estão coerentes, entre documentos. Frisou também que tinha encontrado uma potencial inconsistência. Na última reunião desta assembleia de 23 de abril de 2021, foi adjudicada a empreitada de "Reabilitação do Edifício da Escola Primária de Degracia Cimeira para Instalação de Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT". Neste projeto havia um valor previsto para 2021, de 44.207,79€ (IVA incluído) e para 2022 – 486 285,70€ (IVA incluído). Porém, na documentação das alterações ao Plano Plurianual de Investimentos, consta a "Reabilitação da Escola Primária de Degracia Cimeira para Instalação do Centro Interpretativo dos PRs, com financiamento definido de 200.000€ para 2021 e de 100.000€ para o ano 2022. Ficando na dúvida do objetivo, se se trata apenas de reabilitação para percursos pedestres, ou também inclui o BTT, ou ainda qual é o valor da obra. Afirmou que os valores não estão consistentes, entre os dois documentos. Saliu que, no documento alterações ao plano PPI a reabilitação de uma charca na Amieira Cova no valor de 74.500€. Afirmou ter falado com 3 cidadãos de Amieira Cova e não conseguiu identificar onde era esta charca, nem tão pouco o porquê de ser um valor tão alto. Pediu que fosse explicado se realmente houve esta intervenção e o que explicou este valor tão grande, até em comparação com as outras reabilitações de charcas que são de apenas 1.000€. Afirmou que fundo de caixa para o Gabinete da Presidência houve um valor superior a 17.000€. Na sua opinião é um valor alto para um fundo de caixa. Não teve tempo para comparar este fundo de caixa com os anos anteriores, muito menos com os mandatos do anterior presidente Jorge Martins, ainda assim, para um fundo de caixa é um valor altíssimo. Afirmou temer que haja despesa que realmente se justifique, mas que ofusca outra de carácter menos assertivo. Assegurou que não tem nada contra

qualquer clube de futebol, mas nestas contas estava registado que o Clube Gavionense no ano 2020 teria recebido um valor de 40.000€ e se somarmos a isto, a conta da eletricidade relativa ao campo de futebol de cerca de 60.000€, dá um valor global de apoio de 100.000€. Se no ano passado, como foi o primeiro ano de pandemia, não houve quase nenhum jogo aberto para o público, questionou se o que está escrito nas contas é verdade, pois parece-lhe um valor alto, para um ano diferente. -----

O senhor deputado António Estevinha agradeceu aos funcionários do município a qualidade dos documentos apresentados. Felicitou o executivo pelas decisões tomadas num ano tão difícil, como foi 2020. As áreas de atuação foram bem explicadas e é indiscutível que o município se encontra, financeiramente, bem. A dinâmica de investimento continua enorme conseguindo manter rácios económico-financeiros controlados. Sublinhou a dedicação e rigor do executivo durante o mandato. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as intervenções e deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara começou por salientar que iria fazer dar a resposta política às questões e passaria a palavra à senhora chefe da divisão financeira para prestar os esclarecimentos técnicos. Começou por responder ao senhor deputado Paulo Matos. Afirmou que não admitia que o deputado pusesse em causa a qualidade dos membros desta assembleia. O senhor deputado tinha referido querer elementos mais capazes, pois teria de os escolher para a sua lista e elegê-los. Porque os membros eleitos pelo partido socialista são competentes, são capazes e dão cartas nas presenças em todas as sessões. Frisou que, na sua opinião, o deputado é uma pessoa ausente e não fala do que conhece. Salientou que não voltará a permitir que ponha em causa os membros do Partido Socialista. Evidenciou que a lei foi cumprida na entrega dos documentos. Mas talvez o senhor deputado não tivesse lido a documentação. Salientou que o deputado tinha confundido o projeto do Centro de BTT na Escola da Degracia com a obra. E o erro talvez fosse motivado com as ausências às sessões. Porque se tivesse vindo, por exemplo à última assembleia, saberia que houve recalendarizações da obra e do projeto, porque lançado o concurso e ficou deserto e foi lançado novamente, porque infelizmente neste momento há muitas câmaras com problemas de obras a que



os empreiteiros não concorrem. Os preços dos materiais subiram muito e os empreiteiros não conseguem cumprir os preços dos concursos. Referiu que o país estava em pandemia e, pôs em causa os 17.000,00€ gastos pelo gabinete do presidente da câmara, mas parte desse valor serviu para pagar os testes rápidos que foram utilizados no Centro Social Bolverense, na Santa Casa da Misericórdia de Gavião ou até no centro de saúde, porque eram aquisições urgentes, inadiáveis. Mas o deputado não está no concelho, apenas ouve dizer. Disse que, às vezes, o deputado devia estar calado e não falar do que não sabe. Pôs em causa uma charca na Amieira cova, a charca está lá ou não está? Pode ou não ir lá um helicóptero? Esteve lá uma máquina a retirar resíduos daquela charca para os helicópteros possam lá ir abastecer e apagar os incêndios. Quanto ao Clube Gavionense, referiu que a implicância do deputado já é habitual. Quando era vereador sempre que o clube estava em causa, votava contra ou saía da reunião. Salientou que o deputado nunca foi dirigente associativo ou fez qualquer tipo de voluntariado no concelho. Nunca deu qualquer contributo por isso não valoriza o trabalho associativo. Não sabe o que é dar suporte ao clube de futebol, nas camadas jovens ou nas camadas seniores. Frisou que o apoio concedido não totalizou 40.000€. O valor foi reduzido por força do encerramento das atividades competitivas, na sequência da situação pandémica. Essa redução foi aplicada a todas as associações que estavam em situações semelhantes, como o Grupo de Cantares, a Banda, o Orfeão, etc. Assegurou que o executivo é composto por gente de bem, que está na gestão pública com honestidade. Dirigiu-se ao deputado Paulo Matos dizendo-lhe para não se atrever. -----

O senhor deputado Paulo Matos interrompeu o senhor presidente da câmara, ameaçando sair em protesto, por considerar que estava a ser ofendido. -----

O senhor presidente da assembleia considerou que não tinha havido qualquer ofensa, a assembleia é um órgão político, mas se o deputado quisesse sair poderia fazê-lo. Pediu ao senhor presidente da câmara para prosseguir, com moderação. Ele próprio começa a ficar cansado dos atestados de incompetência em que o deputado insiste. Foi o povo que votou e deu a vitória à lista do PS. -----

O senhor presidente da câmara salientou que dizer “não se atreva”, não é uma ofensa. O deputado não o deixou completar a frase. Iria dizer para não se

atrever a pôr em causa honestidade do executivo ou da assembleia municipal.
Face a esta situação, preferiu não continuar. -----

Havendo questões, de ordem técnica para responder passou a palavra à
senhora chefe da divisão financeira. -----

A senhora chefe de divisão começou por cumprimentar todos os presentes.
Afirmou ter sentido alguma dificuldade em anotar todas as questões, mas iria
responder e se faltasse ainda informação estaria disponível para completar. ----

Relativamente às vidas úteis, houve alterações na legislação. E na aplicação
informática só temos 3 opções de fazer as regularizações das vidas úteis:
erros, grandes reparações e reavaliações extraordinárias. E eles consideraram
que todas as reavaliações na mudança de sistemas contabilísticos fossem
consideradas como “erros de transição”. Em relação aos reconhecimentos dos
imóveis, houve diminuições de vidas úteis, por exemplo de 50 anos para 20
anos e isso tem que ser refletido nas contas. Há alterações tanto nas
amortizações como nas avaliações do valor por parte da candidatura por parte
do proporcional da amortização que é alterada. Em relação ao impacto de 2
milhões que referiu, sim é verdade, até lhe vou dizer mais, enquanto técnica,
até estranhei ser só este valor. Porque se olhar para o balanço tem o montante
de ativos fixos tangíveis de 26.464.789,75€ e no ano de 2019 tinha 30 milhões.
Só em ativos fixos tangíveis. Se olhar para a coluna do total é de 31 milhões
para 28. Dois milhões é o equivalente às amortizações de um ano. No que
respeita ao resultado líquido, cumpre-me informar que no balancete o FEF de
capital e todos os montantes dos fundos comunitários estão registados numa
conta 5. Se estivéssemos em POCAL teria havido um resultado líquido positivo
de 1.059.350,70€. A conta de ajustamentos é a conta 564, que tem um
montante de 3.647.803,59€, a conta 593 tem um valor de 4.212.232,18€. No
que respeita à capacidade de endividamento, talvez no relatório deveria ter
explicado melhor e explanado melhor a legislação. A Lei das finanças Locais
diz que a capacidade de endividamento dá um limite da dívida de
8.675,074,35€. O montante da dívida à data de 31/12/2020 era de
2.168.377,02€. Ficando uma margem absoluta de 2.506.697,33€. No entanto a
capacidade de endividamento extra é de 6 milhões e não de 1 milhão. A Lei do
Endividamento diz que não podemos aumentar 20% da margem disponível. ---



Havendo outras questões de ordem técnica, pontuais, o senhor presidente da câmara sugeriu que o senhor deputado as colocasse por email à senhora chefe de divisão, que certamente lhe daria todas as explicações. -----

O senhor deputado Paulo Matos voltou a questionar porque motivo o número de identificação fiscal não surgiu na coluna "Entidade Parceira" de nenhuma das rúbricas do Balancete em nenhuma das 322 páginas, tal como impõe a legislação. -----

A senhora chefe de divisão afirmou desconhecer a causa e assegurou que iria colocar a dúvida à "software house". -----

Terminadas as intervenções, os documentos foram colocados a votação tendo sido deliberado: -----

- Apreciar favoravelmente o **inventário** de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Aprovado por maioria, com as abstenções dos deputados Carlos Arês, Paulo Vitoriano de Matos e Anselmo Fura. -----

- Aprovar, por maioria, com as abstenções dos deputados Carlos Arês, Paulo Vitoriano de Matos e Anselmo Fura. a **prestação de contas** do ano 2020, a primeira elaborada em SNC-AP, após a sua implementação desde 01/01/2020 :

- No mapa do Balanço, o total do ativo cifrou-se em 32.333.217,92€, o total do património líquido em 24.881.040,23€ e o total do passivo em 7.452.177,69€; --

- No mapa da Demonstração de Resultados por Naturezas, o total de rendimentos ascendeu a 6.339.336,24€ e o total de gastos a 6.998.407,06€, resultando num resultado líquido do exercício de -659.070,82€, que se propõe que seja transferido para a rúbrica de resultados transitados; -----

- No mapa da Demonstração de Fluxos de Caixa, o total de pagamentos foi de 7.296.046,20€ e o total de recebimentos de 8.335.618,26€; -----

- No mapa da Demonstração do desempenho orçamental, o total de pagamentos foi de 7.296.046,20€ e o total de recebimentos de 8.335.618,26€. Os saldos iniciais eram de 167.919,23€, sendo 15.788,91€ de operações orçamentais e 152.130,32€ de operações de tesouraria, enquanto que os saldos finais foram de 1.207.491,29€, sendo 1.042.756,54€ de operações orçamentais e 164.734,75€ de operações de tesouraria. -----

O senhor deputado Paulo J. E. Vitoriano de Matos apresentou declaração de voto, afirmando que não houve tempo para apreciar convenientemente os documentos. -----

PONTO QUATRO = 2.ª revisão ao Orçamento 2021 e GOP; -----

A senhora chefe da divisão financeira apresentou a 2.ª revisão ao Orçamento 2021 no valor de 250.000,00€ e a 2.ª revisão às GOP no valor de 243.000,00€ (231.000,00€ - financiamento definido e 12.000,00€ - financiamento não definido). -----

Salientou que a revisão em apreciação constituía um reforço das verbas para a beneficiação de edifícios, apoio à primeira infância, apoio à habitação, reparação de equipamentos existentes, protocolo com o CIRAE, apoio à cultura, valorização turística do concelho, programa “Um Comércio a Pensar em Si”. -----

Colocados a votação, a assembleia municipal deliberou por maioria, com as abstenções dos deputados Carlos Arês, Paulo Vitoriano de Matos e Anselmo Fura, aprovar os documentos em apreço. -----

PONTO CINCO = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

- Colocação de uma pessoa entre 1 de julho de 2021 e 31 de março de 2022, através do programa do IEFP “Contrato Emprego-Inserção+”. Despesa prevista para 2021: bolsa- 2.632,86€ e subsídio de refeição – 734,58€; 2022: bolsa – 1.316,40€ e subsídio de refeição – 302,82€. Aprovado por unanimidade. -----

- Prestação de serviços de consultoria jurídica com “A.R. Montalvo, Sociedade de Advogados, RL”. Despesa prevista para 2021 (agosto a dezembro) – 6.150,00€ (IVA incluído) e para 2022 (janeiro a julho) – 8.610,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

A assembleia municipal apreciou ainda a autorização prévia da recalendarização do “Projeto de Execução para a Requalificação do Antigo Seminário de Gavião”. Despesa prevista para 2021: 4.611,27 € (Iva incluído e para 2022: 4.611,27 € (Iva incluído). Aprovado por unanimidade. -----

PONTO SEIS = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, referente ao mês de fevereiro 2021”; -
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, referente ao mês de março 2021”; ----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Requalificação do Edifício Sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, referente ao mês de abril 2021”; -----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas para a Mobilidade Urbana Sustentável” referente ao mês de fevereiro 2021; -----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas para a Mobilidade Urbana Sustentável” referente ao mês de março 2021; -----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas para a Mobilidade Urbana Sustentável” referente ao mês de abril 2021; -----
- Relatório mensal n.º 4 da empreitada de “Ampliação dos Esgotos da Torre Cimeira e Torre Fundeira”; -----
- Relatório mensal de progressão n.º 1 da empreitada de “Construção do Mercado e Zona de Lazer de Vale de Gaviões”; -----
- Relatório mensal de progressão n.º 21/2021 da fiscalização da empreitada de “Promoção de Habitação Social de Qualidade (reabilitação de 7 edifícios); -----
- Relatório mensal de progressão n.º 16/2021 da fiscalização da empreitada de “Construção da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião”; -----
- Relatório mensal de progressão n.º 09/2020 da fiscalização da empreitada de “Revisão do Projeto de Melhoria do Comportamento Térmico e Eficiência Energética do Edifício da Piscina Coberta de Gavião”; -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou, face às percentagens de execução de obra, qual o diferencial de tempo e o respetivo pagamento de apoios. -----

O senhor presidente da câmara informou que, a maior parte das obras, são financiadas através da CCDR e que os pagamentos ocorrem habitualmente num prazo de 15 dias. Afirmou que o programa POSEUR leva mais tempo a pagar. Esclareceu que só depois de aprovado o auto de conclusão, se pode enviar e receber a totalidade do financiamento. Salientou ainda que todas as

obras estão atrasadas, o que se deve na maioria ao atraso no fornecimento de matérias-primas. -----

PONTO SETE = auto de efetivação da transferência de competências relativo ao Castelo de Belver, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento do auto de efetivação da transferência de competências relativo ao Castelo de Belver. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio salientando que o documento já deveria ter presente a este órgão há muito tempo. Questionou se o valor a transferir é anual ou de dois em dois anos. -----

O representante da Junta de Freguesia de Belver, Paulo Ventura, saudou a transferência, considerando que será uma mais-valia para o turismo no concelho porque, na sua opinião, quem está mais próximo conhece melhor a realidade. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as intervenções e deu a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

O senhor presidente da câmara começou por informar que apenas as transferências de competências em matéria de cultura e educação têm inerentes transferências financeiras. Afirmou que o valor a transferir é anual e que as intervenções de grande dimensão ficarão sob responsabilidade do Ministério da Cultura. Evidenciou que o Município de Gavião tinha assumido há algum tempo a responsabilidade pelos recursos humanos do monumento, bem como algumas intervenções. Salientou ainda que conta com o apoio da junta de freguesia de Belver, para que tudo funcione bem e o castelo tenha a visibilidade que merece. -----

PONTO OITO = definição do número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços da autarquia local, no âmbito do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro; -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de definição do número máximo total de 11 (onze) subunidades orgânicas no Município de Gavião, nos termos do disposto do disposto na alínea d), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação e da alínea m), do número 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----



O senhor deputado Paulo J. E. Vitoriano de Matos apresentou declaração de voto, por apenas ter recebido a proposta, considerando a informação insuficiente. -----

O senhor presidente da câmara salientou que os chefes de divisão identificaram a necessidade de criar 11 subunidades orgânicas. Esclareceu que, posteriormente, o próprio organograma terá de ser atualizado. -----

PONTO NOVE = diversos; -----

O senhor presidente da mesa questionou se algum dos membros da assembleia pretendia introduzir algum assunto no ponto diversos. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio para colocar três questões. Em relação à Praia Fluvial do Alamal, salientou que não podemos ser rígidos nos calendários e percebendo que as condições climáticas são boas, temos de agir. Salientou que já tinha havido fins de semana com grande afluência, sem que as condições de segurança estivessem garantidas, desde logo porque não havia nadador-salvador. Afirmou ter tido conhecimento que a GNR teve que desmobilizar carros por força do estacionamento abusivo. Salientou que se houvesse uma situação de catástrofe, com apenas um acesso à praia, estaríamos em muito má situação e poderia haver uma desgraça. Referiu que deviam ser criadas medidas mitigadoras, para garantir a segurança na água e nos acessos. Acerca da cobertura de rede móvel, referiu que tinham sido, naquela data, visitados dois novos equipamentos coletivos, um na freguesia de Margem (Mercado de Feiras em Vale de Gaviões) e outro na freguesia de Comenda (piscina para adultos no Parque de Merendas da Ribeira da Venda), que virão a ter uma utilização massiva pontualmente. Na sua opinião, deveria ser solucionada a questão da rede móvel junto dos operadores, porque se acontecer uma tragédia muitos dos cidadãos vão ficar sem forma de comunicar. Relativamente ao apoio curricular, estando a terminar o ano letivo, questionou se iria haver algum apoio extracurricular para os alunos, nomeadamente de Português e Matemática, durante as férias escolares, atendendo às situações da telescola, que ocorreram por diversos momentos durante este ano letivo por conta da pandemia. -----

O senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Carlos Alexandre, cumprimentou todos os presentes e pediu permissão para ler a participação da junta de freguesia na consulta pública relativa ao “Estudo de Impacto Ambiental



da Central Fotovoltaica do Polvorão”. Tendo sido autorizado, procedeu à leitura do documento. Focou que a localização apresenta impacto visual para o Parque de Merendas da Ribeira da Venda, bem como para a zona circundante da Capela da Nossa Senhora das Necessidades. Na fase de construção, um dos locais de trabalho das máquinas será junto ao Lar da Nossa Senhora das Necessidades o que também terá impacto. Não há qualquer obrigatoriedade da empresa possuir sede fiscal no concelho de Gavião ou estabelecer qualquer escritório na freguesia de Comenda. Apesar da componente turística ficar afetada, é importante que se produza energia renovável. Salientou que a junta de freguesia não é contra o projeto, mas procura o benefício da população que representa. Referiu que desconhece a posição da oposição, em relação ao assunto. De seguida salientou que, numa altura em que surge a tecnologia 5G, na sua freguesia há aldeias que nem têm 2G. Reconheceu que a câmara municipal tem tentado resolver a questão, mas pediu que mantenha essa preocupação. Deixou o exemplo da localidade da Ferraria onde a fibra ótica passa dentro da localidade, mas nem uma única caixa para consumidores foi instalada. Terminou a sua intervenção, afirmando esperar ter cumprido os critérios mínimos de qualidade exigidos pelo senhor deputado Paulo Matos. ----

Seguiu-se a intervenção do representante da Junta de Freguesia de Belver, Paulo Ventura, que começou por realçar que devido à pandemia, muito eventos culturais foram cancelados e não houve despesas nessas rúbricas. Reconheceu que o município sempre deu apoio à IPSS, mas face à situação que vivemos, essas verbas poderiam ser utilizadas para um acréscimo nesses apoios. Relativamente às casas do Bairro Tropa em Belver, que são propriedade do município, estão em avançado estado de degradação, e não dignificam o espaço junto ao Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias. Referiu ainda que a “Infraestruturas de Portugal” tinha realizado a limpeza das bermas da EN244 na ligação Gavião – Belver e, parecia, estar a esquecer-se de limpar as copas das árvores. Deixou a chamada de atenção e referiu que o mesmo se verificava também em algumas estadas municipais. -----

A deputada Mónica Mota Marques cumprimentou todos os presentes, sublinhou que desempenha funções de diretora técnica de uma IPSS, num concelho vizinho. Referiu que a sua intervenção tinha como objetivo sensibilizar o executivo para a possibilidade de ajudar um pouco mais. Evidenciou que em

2019 o município tinha atribuído um apoio de 12.500 euros ao Centro Social Belverense e no ano de 2020 o apoio foi de 7.500 euros. Na época, teria sido referido que se tratava de um valor inicial, mas no decorrer do ano não se verificou qualquer reforço. Reconheceu que foram concedidos outros apoios como a disponibilização de EPIs ou os testes Covid. Evidenciou que com a sua intervenção pretendia sensibilizar para a possibilidade de o município conceder mais apoio às IPSS. Salientou que, por vezes, a comunidade vê estas instituições como algo à parte, mas só quem está lá dentro conhece as dificuldades por que passam. Frisou que os valores pagos pelos utentes e as participações da segurança social não são suficientes. Afirmou acreditar que o município tem condições para fazer a diferença a nível distrital e até nacional. -----

Em resposta ao senhor deputado Paulo Matos, o senhor presidente da assembleia, na qualidade de diretor do agrupamento de escolas esclareceu que o apoio aos alunos que questionou, não estava previsto, nem tinha de estar. Referiu que a escola já tinha feito a sua obrigação, excedendo o que estava regulamentado e legislado. Referiu que o ano letivo estava a terminar de forma faseada. No dia 18 junho tinham terminado os nonos anos, no dia 23 de junho, os sétimos, oitavos e décimos. E no dia 8 de julho terminavam os restantes anos. Referiu que docentes e alunos estavam fartos de escola. Havia um cansaço enorme. Salientou que na nossa região é difícil estar dentro de sala com a exposição solar com altas temperaturas. O importante era preparar o novo ano letivo. -----

O senhor presidente da câmara, reforçou os esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da assembleia, em relação à necessidade de terminar as atividades letivas, e informar que logo que terminassem as aulas se iniciaria a obra de retirada das placas de amianto da cobertura do edifício da escola sede e não podem estar lá alunos. Relativamente à colocação do nadador-salvador na Praia do Alamal, esclareceu que as praias podem ou não ser vigiadas. Informou que a vigilância da praia estava prevista para 1 de julho. Salientou que este ano as pessoas estavam fartinhas de estar confinadas, e verificaram-se dois fins-de-semana com muito bom tempo e houve muita afluência à praia, que ainda não tem nadador-salvador. Referiu que, naquela estrada, haverá sempre problemas porque dois autocarros não se cruzam. Em articulação com

a GNR tinham sido colocada sinalética que impede o estacionamento na estrada, facilitando o trânsito. Também tinha sido pensada a utilização de um comboio turístico, mas verificou-se que não seria boa opção porque as manobras do veículo também eram difíceis. Informou que, no corrente ano, foi proibido o campismo nos socacos da quinta, para reduzir o número de utilizadores. Mas mesmo assim há sempre muita procura. -----

Relativamente aos problemas na cobertura de rede móvel, informou que tinha acontecido recentemente uma reunião com a Altice. O município mudou de operadora, da Vodafone para a MEO e uma das garantias da Altice foi a de disponibilizar maior cobertura no concelho, incluindo a Ferraria, e mesmo fazer ligação do poste em Belver, que está lá mas sem funcionar. Frisou que a Ribeira da Venda é um dos locais com mais problemas. Afirmou esperar que a empresa cumpra o compromisso. -----

Relativamente à Central Fotovoltaica, salientou que, muito embora a câmara e a assembleia municipal tenham votado favoravelmente o projeto, o executivo estava muito atento aos benefícios e/ou prejuízos que poderão advir. -----

Em resposta à questão colocada pelos deputados Mónica Marques a Paulo Ventura, acerca dos apoios às IPSS sublinhou que o município sempre esteve atento às necessidades das instituições e em momento algum o município deixará que um funcionário não seja pago. Assegurou que, ainda durante este mandato, esperava voltar a conceder apoio financeiro às IPSS. -----

Quanto à situação das casas no Bairro Tropa, recordou que há um projeto de regeneração para aquele espaço. Mas não tem sido possível contrariar o número de pareceres negativos. O espaço confina com a linha de comboio, é zona albufeira de barragem, está em zona de REN e ainda precisa de parecer das Infraestruturas de Portugal (estradas). Mas estamos a começar por fazer o que conseguimos que é a rever o PDM e retirar de área REN. Assegurou ainda que haveria, a curto prazo, reunião com a “Infraestruturas de Portugal” e iria alertar para a falta de limpeza das copas das árvores na EN244. Em relação às estradas municipais iria dar indicação aos serviços municipais para limparem. Na referida reunião seria também analisada a limpeza de bermas e taludes e iria alertar para o mau estado do piso da EN118. -----

Não se registando mais qualquer intervenção, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao público. -----



Registou-se a intervenção do senhor Filipe Tibúrcio que cumprimentou todos os presentes deixando uma primeira nota sobre a transferência do castelo, para as competências do município. Na sua opinião, a direção de cultura do Alentejo tem deixado muito a desejar. Considerou que há questões de segurança e manutenção que têm de ser feitas. Afirmou que o senhor vice-presidente já lhe tinha respondido noutros fóruns, mas queria perguntar ao senhor presidente sobre a situação do posto de turismo que, na sua opinião deve estar aberto. Saliu-se que tem havido muita gente à procura de informação e ele próprio já prestou informações. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Vítor Filipe que começou por questionar se no PRR há uma estratégia de habitação, se está a ser consultada apenas uma empresa e qual o valor do investimento. -----

O senhor presidente da assembleia salientou que os membros do público não podem intervir acerca de assuntos da ordem de trabalhos. -----

O senhor Vítor Filipe prosseguiu questionando se havia algum incentivo gratuito para a fixação de jovens. Referiu o facto de ter sido usado um valor de caixa da presidência para a Covid19, pois haveria outras formas de registar devidamente essas despesas. Apresentou uma sugestão de colocação de semáforos no Alamal, para o transporte pesados. Questionou se a piscina construída na Ribeira da Venda foi iniciativa da câmara municipal ou foi uma imposição do promotor do Festival da Juventude. -----

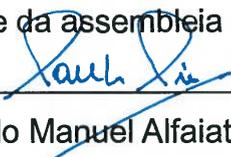
O senhor presidente da câmara saudou as questões colocadas pelo senhor Filipe Tibúrcio. Saliu-se que a área do turismo tem sofrido algumas baixas nos recursos humanos, pois a funcionária do Museu do Sabão pediu mobilidade para o Município do Sardoal, onde desempenhará funções de técnica superior de Educação de Infância. Uma outra colaboradora tem o filho doente e encontra-se a prestar-lhe assistência. Agradeceu a colaboração do senhor Filipe Tibúrcio e assegurou que o problema seria resolvido brevemente, pois também considerava importante que o posto de turismo estivesse aberto. -----

Em resposta ao senhor Vítor Filipe, esclareceu que a "Estratégia Local de Habitação" irá beneficiar de financiamento do IHRU. O procedimento será por ajuste direto, no valor de 19.200,00€ + IVA. Em relação aos incentivos à fixação de jovens, sublinhou que o Município de Gavião, tem há muito tempo vários incentivos, como apoio à infância ou à habitação, lotes para venda a

preços controlados, apoios na área da educação, etc. Quanto à sugestão de colocação de um semáforo no Alamal, já foi objeto de análise. Mas nem a GNR concordou, por vários motivos incluindo a grande distância entre os semáforos. Relativamente à Piscina da Ribeira da Venda, tratou-se de uma obra realizada por administração direta, com recursos próprios da autarquia. Apenas a componente técnica da piscina foi contratada a uma empresa da área. Esclareceu que foi uma iniciativa da câmara municipal e que o Festival da Juventude é promovido pelo Município de Gavião, que contrata habitualmente uma empresa de animação, que nem sempre é a mesma. Afirmou esperar que o equipamento fosse inaugurado na semana seguinte, se as condições pandémicas o permitissem. -----

Verificando-se que não havia mais nenhum membro do público com intenção de participar, o senhor presidente agradeceu a participação e declarou encerrada a sessão era uma hora e vinte minutos do dia 26 de junho, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)